

A massa falida do Brasil

Tarcísio Holanda

Existe, ainda, a convicção de que o Banco Central precisa de maior autonomia política e administrativa para praticar uma política monetária mais rígida. As oscilações políticas têm impedido o Bacen de assumir o papel que lhe estava reservado, quando de sua criação, ou seja, transformar-se em verdadeiro guardião da moeda. Para tanto, seria necessário que o dirigente do BC tivesse mandato; aí guardaria certa independência em relação ao Presidente da República.

Em tudo isso, não existe dúvida de que a pedra de toque da ação saneadora do novo ministro da Fazenda reside na viabilidade de promover os cortes de dotações no Orçamento que forem considerados indispensáveis a fim de zerar o déficit público, este ano. A própria equipe de economistas mobilizada pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, na qual pontificam figuras da expressão de Edmar Bacha, está avisando que abandona o barco se os cortes orçamentários não se concretizarem.

A área de manobra com que opera o titular da Fazenda é bastante restrita. Não lhe resta outra alternativa senão enfrentar interesses corporativos para aplicar um plano de estabilização que inspire confiança aos agentes econômicos, aqui dentro e lá fora. Cardoso precisa de apoio político para pôr em execução uma política de austeridade que se lastreie na frase é proibido gastar, com a qual Tancredo Neves marcou o seu discurso de posse, lido por Sarney e nunca executado.

Outro ponto de inquestionável importância diz respeito a uma reforma fiscal, que só poderá se concretizar na oportunidade da

revisão constitucional, que deverá ter início no próximo dia 6 de outubro. O Brasil tem uma das mais baixas receitas tributárias do mundo, algo como 20 por cento do PIB ou o equivalente a 90 bilhões de dólares, quando esse percentual é de 32 pontos nos Estados Unidos e de 30 no Japão.

A CPI instituída no Senado para apurar a evasão fiscal chegou a números impressionantes. Alguns dos seus integrantes estimaram a evasão em 50 por cento — e nenhum sonegador jamais foi parar na cadeia. Tributaristas estimam que, para cada cruzeiro arrecadado, sonega-se 1,2 cruzeiro. A dívida interna em mãos do público é estimada em pouco mais de 30 bilhões de dólares, sendo ela responsável pelos juros escorchantes que estão sendo cobrados em nosso sistema financeiro.

Gritam os conservadores que o aumento de 85 por cento para o funcionalismo civil e militar elevou o dispêndio com pessoal para 18 bilhões de dólares, este ano, mas o sistema bancário arrebatou da sociedade o equivalente a 16 bilhões de dólares, só em 1992. O Governo oferece juros altos, para colocar no mercado os seus papéis e, assim, fazer face ao déficit.

É preciso saber se o Congresso revelará compreensão para os cortes de dotações que o ministro da Fazenda terá de promover na Lei de Meios da União. Como é preciso saber se os estados, principalmente, estarão dispostos a desembolsar o correspondente a 11 por cento do Fundo de Participações, anualmente, para amortizar suas dívidas para com a União, estimadas em 42 bilhões de dólares. Para ter sucesso, Fernando Henrique precisa de apoio político, que faltou aos seus antecessores.